

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESTADO DE S. PAULO Class.: 546

Data 02/04/82 Pg.: _____

Ex-diretor da Funai quer acionar Ulysses

Da sucursal e do correspondente

O general reformado Demócrito Soares de Oliveira, ex-coordenador da Funai na Amazônia, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, que processe criminalmente o presidente do diretório nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por ter endossado publicamente denúncias feitas contra ele pela deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), que o acusou de corrupção durante sua gestão na Coordenadoria da Amazônia — Coama. Na petição ao STF, o general Demócrito, por intermédio do advogado Pedro Calmon, exige que o presidente do PMDB se retrate dentro de 48 horas, definindo a sua posição.

Ulysses Guimarães concedeu recentemente uma entrevista em que encampava todas as acusações feitas em novembro do ano passado pela deputada Cristina, da Tribuna da Câmara, de que o general mantinha, durante o período em que foi coordenador da Funai na Amazônia, grupos indígenas na condição de escravos e em regime de cárcere privado. O general ingressou também com uma queixa-crime contra a deputada, pedindo ao STF o enquadramento dela no Código Penal pelos crimes de injúria, difamação e calúnia.

Embargo

A Funai manterá o embargo imposto aos trabalhos da agropecuária Capemi, no Pará, até receber o relatório de uma equipe de três funcionários que se deslocou ontem para a Reserva Indígena de Fucuruí a fim de verificar o problema surgido no dia 29 entre a empresa e o chefe do posto indígena, Iberê Sales. Ele impediu que a Capemi continuasse extraíndo madeira na área, alegando que a empresa não estava cumprindo o contrato firmado com a Funai, o que foi negado pela empresa.

A delegacia da Funai em Belém, que decidiu enviar uma equipe chefiada pelo sertanista Fiorello Parise para fazer um levantamento da situação na área, anunciou que só tomará uma posição depois de receber todas as infor-

mações que julgar convenientes. Mas, até lá, sustentará a decisão do chefe do posto indígena.

Embora o delegado e outras fontes da Funai evitassem pronunciar-se sobre a questão, um técnico de órgão do governo que esteve na área recentemente atribuiu o problema ao atraso da Capemi na entrega de madeira: ao ganhar a concorrência do IBDF para explorar a madeira no local a ser inundado pela represa hidrelétrica de Tucuruí, a Capemi se comprometeu a extrair seis milhões de metros cúbicos, mas só retirou menos de 250 mil metros cúbicos a 20 meses do prazo estabelecido pela Eletronorte para o fechamento das comportas de Tucuruí.

Como a área indígena está mais próxima da serraria montada pela empresa, ela oferece maior atrativo para a extração de madeira. Atualmente a Capemi está trabalhando a apenas dois quilômetros da aldeia onde vivem 36 índios paracanan, que estão assustados com toda a movimentação ao redor e expostos às doenças dos "brancos".

Crime e punição

Os proprietários da usina Abrahama Lincoln, na Transamazônica, onde foram assassinados em fevereiro dois lavradores, não estão acobertando o crime e querem a punição dos responsáveis entre eles o ex-gerente da fazenda, conhecido como Zezito, segundo afirmou ontem em Brasília um dos proprietários do grupo Conan, José Henrique Carneiro da Cunha, que adquiriu a usina no ano passado do Inera.

O empresário culpou uma minoria de trabalhadores de estar procurando dificultar o trabalho da Conan na área, divulgando informações distorcidas sobre o assassinio dos lavradores. "Estas pessoas — disse ele — estão empenhadas em criar um clima de tensão social na área e têm acusado, inclusive, o Conan de contar com uma polícia particular para controlar os trabalhadores. Isso não é verdade. Contamos apenas com uma guarda de segurança, pois temos estocados em média 200 mil litros de álcool."